

Pós-Graduação

Direito

DIGITAL

e compliance



GUIA DA PÓS

Coords. Ivana David
e Marco Antonio



CONHEÇA O CURSO



Sobre o curso

de 6 a 12 MESES

O curso de Pós-Graduação em Direito Digital e Compliance tem como objetivo capacitar profissionais para atuar de maneira estratégica e especializada na área de tecnologia, proteção de dados e conformidade legal, considerando as exigências regulatórias e os desafios éticos do ambiente digital. O programa aborda temas fundamentais como a legislação de proteção de dados (LGPD e GDPR), governança corporativa, compliance digital e regulatório, cibersegurança, e gestão de riscos. Além disso, explora questões relacionadas a contratos digitais, direitos e responsabilidades na internet, e aspectos jurídicos das novas tecnologias, como inteligência artificial e blockchain. No campo prático, os alunos terão a oportunidade de desenvolver habilidades para implementar programas de compliance, elaborar políticas de privacidade e termos de uso, realizar auditorias internas e responder a incidentes de segurança. A metodologia inclui aulas expositivas, estudos de casos reais e simulações práticas para resolução de problemas complexos relacionados ao ambiente digital, proporcionando uma formação completa e atualizada para a atuação jurídica em empresas e organizações que demandam profissionais capacitados para assegurar a conformidade com as normas e regulamentações em constante evolução. Destinado a advogados, consultores, profissionais de TI, gestores e demais interessados na área, o curso prepara o aluno para lidar com os riscos jurídicos e operacionais do universo digital, capacitando-o a atuar como um especialista em direito digital e compliance e a contribuir para a construção de ambientes corporativos mais seguros e éticos.

MÓDULO 1

- Direitos fundamentais e o Direito Digital - Teoria geral
- Criptoativos: NFT/metaverso
- Inteligência artificial, machine learning e deep learning - Aspectos históricos
- Proteção de dados e direito digital à privacidade

MÓDULO 2

- Internet das pessoas e internet das coisas
- Direito do trabalho e direito digital
- Governo digital: legislação aplicada
- Os dilemas da regulação da internet

MÓDULO 3

- Assimetria no combate ao crime digital
- Investigação Criminal Tecnológica e Cibercrimes
- Perícia Forense Computacional
- Direito digital e a responsabilidade do combate às discriminações

MÓDULO 4

- LGPD
- Lei Geral de Proteção de Dados e Direito Penal
- Compliance digital
- Dinâmica da proteção de dados: formação e atuação do DPO





de 6 a 12 MESES

Estude com GRANDES NOMES



Rafael Marcondes

Mestre e doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor concursado da Academia da Polícia Civil de São Paulo (Acadepol). Docente e palestrante em universidades e em cursos jurídicos. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo.

@rafaelfmmoraes



Everson Contelli

Doutorando em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Mestre em Direito pela UENP. Especialista em Direito Processual. Delegado de Polícia no Estado de São Paulo.

@eversoncontelli



Higor Jorge

Delegado de Polícia, mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS e professor concursado em análise de inteligência policial na Academia de Polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

@higorjorge



Domingo Montanaro

Perito em TI, cofundador da Ventura Enterprise Risk Management e da Ventura Academy, coautor dos livros "LGPD – Manual de Implementação" (2019), "Data Protection Officer: Teoria e Prática de Acordo com a LGPD e o GDPR" (2020) e "Cyber Risk: Estratégias Nacionais e Corporativas sobre Riscos e Segurança Cibernética", todos pela editora Revista dos Tribunais / Thomson Reuters.

@domingomontanaro



Adriana Galvão

Advogada. Especialização em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Mestrado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

@adrianagalvaoadv



Valeria Cheque

Advogada no Brasil, Chicago (EUA) e Portugal. Especialista em Direito Digital e Compliance, vem se destacando no combate ao Cibercrime, Violência Virtual e Fake News, além de ter sólida atuação com temas relacionados com a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

@valeriacheque



Rafael Dantas

Delegado de Polícia Federal, mestrando em direito penal pela PUC/SP, autor de obras voltadas a concursos públicos, professor em cursos de pós-graduação e preparatórios para concursos públicos.

@rafaeldantasdpf



Camilla Jimene

Doutoranda em Filosofia do Direito (PUC-SP). Especialista em Direito Constitucional Aplicado (UNICAMP). Mestre em Direito com ênfase em Relações Internacionais (UNIMEP). Professora de Direito Internacional da PUC-Campinas.

@camilla.jimene



MÓDULO



Introdução ao Direito Digital

Aprofundar seus conhecimentos sobre os principais conceitos e princípios do Direito Digital, como a informação, a internet, a propriedade intelectual, a privacidade e a segurança da informação.

Compreender os desafios e oportunidades que a era digital apresenta para o Direito, como a necessidade de regulamentar as novas tecnologias e proteger os direitos dos usuários. Desenvolver habilidades para analisar criticamente as normas jurídicas relacionadas ao Direito Digital e aplicar os princípios do Direito em situações concretas.

- Direitos fundamentais e o Direito Digital - Teoria geral
- Criptoativos: NFT/metaverso
- Inteligência artificial, machine learning e deep learning - Aspectos históricos
- Proteção de dados e direito digital à privacidade
- Direitos fundamentais na investigação criminal tecnológica

CONHEÇA!



MÓDULO

2

Direito Digital Aplicado

Estudar casos reais e exemplos práticos de como o Direito Digital é aplicado em diferentes áreas, como o comércio eletrônico, as redes sociais, os contratos eletrônicos e a proteção de dados.

Aprofundar seus conhecimentos sobre os principais temas do Direito Digital aplicado, como a responsabilidade civil na internet, os crimes cibernéticos, a proteção de dados pessoais e a governança da internet. Desenvolver habilidades para atuar de forma eficaz na resolução de conflitos relacionados ao Direito Digital.

- Internet das pessoas e internet das coisas
- Direito do trabalho e direito digital
- Governo digital: legislação aplicada
- Os dilemas da regulação da internet
- Responsabilidade civil na internet

CONHEÇA!



MÓDULO

3

Direito Digital Criminal e produção de provas do contencioso civil

Aprofundar seus conhecimentos sobre os diferentes tipos de crimes cibernéticos, como o hacking, o cracking, o phishing e o cyberbullying. Compreender as principais leis que combatem o crime cibernético no Brasil, como a Lei dos Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/2012) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). Desenvolver habilidades para prevenir e investigar crimes cibernéticos.

- Assimetria no combate ao crime digital e sociedade da informação
- Investigação Criminal Tecnológica e Cibercrimes (Investigação digital na era digital)
- Perícia Forense Computacional
- Direito digital e a responsabilidade do combate às discriminações do ambiente virtual: minorias (mulheres, racismo, LGBTQIA+)
- Crimes digitais: crimes contra a autodeterminação e privacidade na internet

CONHEÇA!



MÓDULO

4

A dinâmica da proteção de dados no Brasil e Compliance Digital

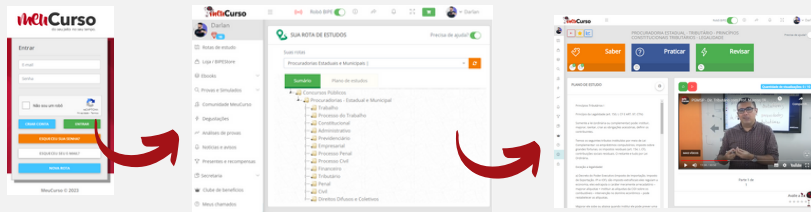
Aprofundar seus conhecimentos sobre os diferentes tipos de provas digitais, como e-mails, mensagens de texto, fotos, vídeos e documentos eletrônicos. Compreender os desafios da produção de provas digitais no contencioso civil, como a autenticidade e a integridade das provas. Desenvolver habilidades para obter e utilizar provas digitais de forma eficaz em processos judiciais.

- LGPD
- Lei Geral de Proteção de Dados e Direito Penal
- Compliance digital
- Dinâmica da proteção de dados: formação e atuação do DPO
- Educação Digital

CONHEÇA!



Efetivada a compra, o aluno terá acesso ao conteúdo na Área do Aluno.



Informações importantes

1. A compra permite ao aluno acessar, pelo período contratado, o conteúdo disponibilizado pelo MeuCurso para a linha específica escolhida.
2. O conteúdo contém aulas, materiais em pdfs (e-books), questões, e-books, e outros materiais pedagógicos, conforme o projeto de estudos do curso ou área selecionada.
3. As aulas são disponibilizadas na forma gravada.
4. As atualizações de conteúdo poderão ocorrer por meio de substituição das aulas, disponibilização de novos materiais ou realização de lives, onde o aluno será informado no BIPE.
5. O acesso ao conteúdo seguirá o período de 6 ou 12 meses, a depender do tempo em que o aluno utilizará o curso.
6. Ao efetivar a matrícula, o aluno aceita e adere ao contrato e aos termos de uso da Plataforma BIPE, sendo de sua inteira responsabilidade o envio dos documentos solicitados.
7. O acesso é individual, pessoal e intransferível. Caso ocorra compartilhamento indevido, o contrato poderá ser cancelado unilateralmente.
8. Em caso de inadimplência de parcelas, o acesso à Plataforma será suspenso até a regularização das parcelas em atraso, sem prejuízo das medidas de cobrança.

Regras sobre cancelamento

Até o limite de 7 dias, o aluno poderá requerer o cancelamento, desde que não tenha acessado mais que 15% do conteúdo e, havendo ebook, não tenha sido feito o download do arquivo.

Após o prazo de 7 dias, o cancelamento poderá ser requerido a qualquer tempo, com a observância das seguintes regras de restituição de valores e multa:

O pedido de cancelamento não desobriga o aluno do cumprimento do pagamento de todas as parcelas devidas até a data de sua solicitação, inclusive a mensalidade referente ao mês de cancelamento, calculado pro rata die, considerando todo o conteúdo disponibilizado na plataforma, independentemente de ter sido consumido ou não pelo aluno, tendo em vista que foi disponibilizado. Se o cancelamento ou pedido de rescisão ocorrer antes do último mês do curso contratado, o aluno pagará o valor proporcional aos dias decorridos do início do curso até a data do pedido de cancelamento, independentemente de ter assistido ou não as aulas que foram disponibilizadas, tendo em vista que foi facultado ao aluno o acesso ao conteúdo disponibilizado, incidindo, nessa hipótese, multa penal compensatória correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o saldo vincendo.

Cancelada a matrícula o aluno que pretender reingressar no curso deverá realizar nova matrícula, podendo seus módulos serem revalidados, a partir de um requerimento à secretaria acadêmica da IES, se a nova matrícula ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses da data do cancelamento.

O aluno poderá requerer o cancelamento por intermédio da plataforma BIPE ou encaminhando e-mail para contato@meucurso.com.br. Todo conteúdo disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizado AVA – BIPE será considerado como serviço prestado, independentemente de ter sido consumido ou não pelo aluno. Para fins de cálculos de cancelamento.

CONHEÇA!

